

AGENTES DE LEITURA: AÇÃO E DESLOCAMENTO

Ricardo Queiroz Pinheiro¹

RESUMO: este texto trata da implantação e execução do projeto “Agentes de Leitura” na cidade de São Bernardo do Campo, São Paulo. O projeto foi criado no Estado do Ceará e logo depois levado ao MINC por seu principal idealizador, Fabiano Piúba, com a intenção de transformá-lo em uma política nacional de leitura. A ideia central do projeto é levar livros e ações de fomento à leitura para dentro das casas das pessoas. Tratamos do cotejo entre o os lugares, as formas de atuação e os protagonistas da ação de leitura proposta no projeto.

PALAVRAS-CHAVE: cultura, política pública, política cultural, ação cultural, leitura

Este artigo lida com uma área temática e um âmbito de questões dos mais complexos nas ciências sociais: cultura, política cultural, política pública e Estado, para introduzir um debate acerca de uma área muito particular da ação cultural, a saber, o acesso à leitura e à informação: formar leitores, estimular pessoas a lerem individual e coletivamente. Uma ação que envolve duas áreas afins, educação e cultura. Como se trata de uma ação que se insere no campo das políticas culturais, algumas decisões têm que estar nítidas.

A começar pelo conceito de cultura. Terry Eagleton (2000), por exemplo, afirma que a palavra "cultura" é um dos dois ou três termos mais complexos da língua inglesa - e não fica por menos na língua portuguesa --, porque admite diversos significados e entendimentos. Raymond Williams (1982) relaciona esses vários significados:

“Podemos distinguir uma variedade de significados [do termo cultura], desde (1) um estado mental desenvolvido -- como na frase "uma pessoa de cultura", "uma pessoa culta, erudita", até (2) os processos que fundamentam esse desenvolvimento --- como em "interesses culturais", "atividades culturais" --- aos (3) meios que realizam tais processos --- quando se fala em cultura como "as artes" e "obras intelectuais do ser humano". Em nosso tempo, a conceituação (3) é o significado mais geral e comum, embora todos os outros sejam usuais. Essa concepção convive, embora de maneira desconfortável, com seu uso antropológico e sociológico para indicar "todo o modo de viver” de um povo ou de um grupo social”.

¹ Bibliotecário (Prefeitura de São Bernardo do Campo – klaxonsp@gmail.com).

Para os fins deste trabalho, convém deixar claro, de saída, minha escolha, que não é fruto de uma decisão apenas retórica ou formal, como se verá adiante. Parto, então, da definição de Stuart Hall (1997), em Centralidade da Cultura.

“Os seres humanos são seres interpretativos, instituidores de sentido. A ação social é significativa tanto para aqueles que a praticam quanto para os que a observam: não em si mesma, mas em razão dos muitos e variados sistemas de significado que os seres humanos utilizam para definir o que significam as coisas e para codificar, organizar e regular sua conduta uns em relação aos outros. Estes sistemas ou códigos de significado dão sentido às nossas ações. Eles nos permitem interpretar significativamente as ações alheias. Tomados em seu conjunto, eles constituem nossas “culturas”. Contribuem para assegurar que toda ação social é “cultural”, que todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação.”.

Hall enfatiza dois aspectos importantes para este artigo: os seres humanos como instituidores de sentido e a ação social significativa como constituidora das nossas “culturas”. Portanto, encontro com o outro é o elemento central da ação de incentivo, instigadora de leitura, como de resto de toda ação cultural. Uma atividade que tem como objetivo despertar no indivíduo o gosto pela leitura depende diretamente desse encontro, dessa interação, porque este é o momento em que se dá a referida produção de significados. A facilidade de deslocamento dos protagonistas e os locais onde esse encontro ocorre são outros fatores relevantes por conferir sentido ao ato da leitura.

E, novamente, é Raymond Williams (1979) quem acentua este aspecto: “a sociedade não é apenas a casca morta que limita a realização social e individual. É sempre também um processo constitutivo com pressões muito poderosas, que são internalizadas e se tornam vontades individuais”. Logo, a interação, o lugar, as escolhas, a produção de sentido, que permeiam e dão força às relações sociais, estão totalmente ligados às mediações nas ações de incentivo à leitura.

Em seu conceito clássico, a ação cultural constitui a ponte entre o indivíduo e a obra de cultura, ou a arte, e é a partir desse encontro que ele pode construir seus valores culturais (Teixeira Coelho, 2012). Na prática, a ação cultural é o processo pelo qual se viabiliza a autonomia do sujeito na produção dos seus valores culturais. A ação cultural, dentro dos seus vários atributos, é uma das ferramentas que podem fazer valer os direitos culturais; é através dela que o indivíduo aparece como agente ativo no processo cultural.

Os direitos culturais estão intimamente ligados à possibilidade de construção dos valores culturais. Devemos ressaltar que não ocorre aqui uma relação causal. A ação cultural não garante; ela, sobretudo, provoca e possibilita.

A cultura não é o enfeite, não é a bonificação que a sociedade recebe ante as obrigações e percalços; a cultura não pode surgir apenas no momento em que as pessoas param de fazer as “coisas importantes” e se dedicam a momentos de esquecer e espairer; cultura não se restringe tampouco a reparo de danos, a compensações, nem a entretenimento. Além disso, a cultura pode estar no “centro” do sofrimento, do prazer, do construir, do destruir, do reconstruir, das escolhas e dos abandonos, dos vários “fazer” e do diálogo entre todos estes momentos.

A cultura não carrega a “bondade”, nem a benemerência; como tudo ela é contraditória e diversa. Ela pode estar misturada à barbárie (o seu contrário) e então embaralha e confunde o olhar que reduzir ou vulgarizar seus conceitos e seus domínios. Como aponta Teixeira Coelho (2008):

“Em todo contexto humano há elementos de cultura e elementos de barbárie, que não necessariamente entram num jogo dialético do qual resulta uma eventual síntese superadora de uma e outra na direção de uma terceira entidade: o mais provável é que ambos os tipos de elementos justaponham-se, ombreiem-se e deem origem às consequências que podem gerar”.

A sociedade vive, respira, inventa seus caminhos, negocia com suas adversidades o tempo todo. Escritores, músicos, artistas plásticos, designers, estilistas etc interagem com os públicos através de sua arte; suas obras circulam, propiciando interpretações e possíveis recombinações entre os diversos públicos, estabelecendo uma relação que vai além do produto. E aqui voltamos à questão da produção de significados. A ação cultural vai tratar justamente desse momento, das relações das pessoas entre si e com as obras de arte e cultura, parte dessa invenção de caminhos, de soluções.

Tudo isso pode ocorrer sem interferências oficiais, mas está longe de ser um enredo do qual o Estado deve se ausentar. As condições precárias não legitimam ou emprestam charme à ação cultural (visão romântica ou libertária). Não há virtude no abandono do indivíduo à própria sorte, portanto, a ausência do Estado não significa necessariamente independência; grupos ou indivíduos não são heróis que lançam mão dos seus valores culturais e de sua arte no contrapelo das forças hegemônicas ou

intervencionistas. É claro que essas iniciativas espontâneas não são incomuns, inclusive pode resultar em algo surpreendente em determinados casos, mas em uma sociedade pautada por regras democráticas e atenta à determinação de construí-las certamente é uma anomalia.

Não pode haver Estado democrático sem cidadania ativa e sem participação. Mas o social não basta a si próprio: na ausência de um Estado, reduz-se a território de caça do mercado e desvincula-se da ideia republicana (Garcia, 2004); ou seja, a política pública, construída em interação com a sociedade e levando em conta as demandas e os anseios das forças sociais (e suas contradições), é fundamental para a consolidação da democracia.

Antes de tudo, esta ausência representa o não respeito aos direitos culturais da população e o descumprimento de um dos papéis fundamentais do âmbito público. De acordo com Teixeira Coelho (2011), participar da vida cultural é o principal direito cultural. Existe a necessidade de potencializar e criar as condições de organização do fazer cultural, e é esse o papel fundamental e insubstituível das políticas públicas, que envolvem o Estado, mas não só, pois elas ampliam estes caminhos e criam novas possibilidades, e podem assim garantir direitos de participação de todos na vida cultural.

As políticas culturais devem ser construídas a partir de diálogos permanentes e multifacetados com a sociedade e, nesse processo, os direitos culturais começam a ser respeitados: ouvir a cidade, os cidadãos, considerar a diversidade e garantir o seu direito de escolha. Para tal, a ferramenta principal é o diálogo direto entre os poderes estabelecidos, os agentes públicos e as representações formais e informais da população; a construção dos mecanismos democráticos apenas se torna possível na afirmação desses diálogos. Esta é a gênese de construção das políticas culturais, como de praxe, de todas as políticas públicas.

Inserida no universo dos direitos, a cultura deixa de ser vista como algo luxuoso e extraordinário e ingressa nas prioridades do cotidiano; os direitos culturais são cotejados com os outros direitos fundamentais e estabelecem uma nova relação entre os atores políticos de uma cidade, como aponta Patrice Meyer-Bisch (2011) com respeito à percepção social sobre os direitos culturais:

“A proteção mútua da diversidade e dos direitos culturais, por e para os direitos culturais, forma um novo paradigma político que permite reatar os recursos dispersos, e por isso ele exerce um efeito desencadeador da paz e do desenvolvimento, por meio da instauração progressiva de sociedades apreendedoras.”

Ou como Marilena Chauí (1994) relata na defesa do conceito de cidadania cultural:

“A cidadania cultural teve em seu centro a desmontagem crítica da mitologia e da ideologia: tomar a cultura como um direito foi criar condições para tornar visível a diferença entre carência, privilégio e direito, a dissimulação das formas da violência, a manipulação efetuada pela *mass media* e o paternalismo populista; foi a possibilidade de tornar visível um novo sujeito social e político que se reconheça como sujeito cultural.”

1 - Os vários “lugares da cultura”

A ação cultural, via de regra, se relaciona de forma muito peculiar com os locais onde ela ocorre. Quando dizemos local ou lugar, não estamos tratando de um mero espaço geográfico arbitrariamente estipulado; o local é construído a partir das trocas materiais e imateriais estabelecidas no processo do fazer cultural e, eventualmente, na sua institucionalização.

Uma ação cultural pode ter destaque e dinamismo ao se transferir dos locais tradicionais da cultura. Esta transferência pode acontecer de forma mecânica, desenredada de um conjunto de ações sistêmicas, ou pode ser parte de uma política de deslocamento e ampliação dos “lugares” em que se dá a ação cultural. Trata-se de uma decisão importante, pois ela subverte uma relação passiva e busca estabelecer uma nova interação com o outro, novos encontros.

De acordo com Rapoport (1969):

“A ambiência, portanto, não é objeto da percepção, ela estabelece os termos da percepção, afetando todos os tipos de ação. Desta forma, ela se referencia muito mais ao modo de execução da atividade (o “como” da ação) do que com a sua própria natureza”.

Nessa busca para encontrar as várias cidades (lugares) dentro da cidade, temos a oportunidade de mudar a referência dos espaços culturais, dos espaços consagrados às novas localidades, e estas, na maioria das vezes, não nascem prontas como espaço cultural; sua construção é gradual e pode acontecer à revelia de decisões e/ou imposições institucionais. Os usos dados aos locais é que determinam sua função.

Mas esse deslocamento, essa mudança, não se justifica por si mesma; a construção do diálogo e os momentos de negociação devem estar atrelados à construção e legitimação dos locais; do contrário corremos o risco de repetir a forma autoritária que permeia os usos dos espaços tradicionais, mudando-se tão somente o lócus e reiterando as velhas práticas. Dessa forma, nada sai do lugar.

2 - O deslocamento dos lugares da leitura

A política pública para o livro e a leitura é parte das políticas culturais e a sua relação com as outras áreas é fundamental, visto que a leitura e o acesso democrático à informação estão inscritos como quesitos básicos no domínio e compreensão dos símbolos culturais e das diversas expressões artísticas. Assim, a política de leitura é parte de uma política cultural ampla e deve estar munida de todos os paradigmas e preceitos contidos nessa política, servindo de referencial para sua análise.

A leitura, a ação de leitura, destacada no objetivo de formar leitores, ainda que o verbo formar nos indique a origem autoritária da intenção, é uma das ações que mais enfrentam dificuldades no que se refere ao desapego dos espaços onde tradicionalmente ela acontece: escolas e bibliotecas. A leitura está associada aos espaços de confinamento que funcionam em geral dentro de regras rígidas.

A “cultura” do prédio, da dependência de uma infraestrutura protetora e das condições “a priori” para se praticar a ação de leitura, grande parte das vezes, tende a nos levar a um beco sem saída. Ou a ação não se realiza ou é desestimulada ao gerar uma sensação de impotência decorrente da falta de “condições ideais”.

Um dos projetos que propõem a mudança, o deslocamento do lugar da leitura, é o dos “Agentes de Leitura” cujo propósito consiste em deslocar pessoas que encontram outras pessoas e dão sentido a esses encontros através de ações que estimulem a leitura. Como? O ato de ler, solitário ou coletivo, está no âmago dessa proposta, mas antes existe um princípio fundamental: as pessoas precisam se encontrar. E é a partir desse encontro que qualquer ação cultural começa a tomar corpo e sentido. Nesse caso a leitura é o mote.

A leitura é um mote poderoso como elemento constitutivo da relação entre as pessoas; ela é um elemento de aproximação, fundamental para a construção do conhecimento e central para ação cultural. Como afirma Eliane Yunes:

“No que toca à questão da leitura, a primeira necessidade de uma comunidade é reconhecer esta prática como uma atividade que precede a maioria das conquistas sociais de seus integrantes. Ela é o recurso que lhe permite obter informação sem depender muito de intermediários e intérpretes, que situa cada um diante de uma série de possibilidades, que lhe oferece opções para fazer-se um pouco menos autômato e mais responsável por seus desejos e atitudes.”

3 - E de onde veio a ideia dos “Agentes de Leitura”?

Inspirado na experiência dos agentes de saúde e do seu papel central na composição do Sistema Único de Saúde (formidável referência de política pública), o historiador Fabiano dos Santos Piúba elaborou um projeto cujo objetivo principal seria deslocar a ação de leitura (formação de leitores, acesso e divulgação) para dentro das casas das pessoas.

Foi assim que o projeto “Agentes de Leitura” surgiu em 2005, no Ceará, capitaneado pela Secretaria de Cultura do Estado com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP). Foi realizado em bairros de Fortaleza e cidades do interior do Estado. O projeto foi levado ao MINC, em 2007, quando Fabiano ocupava o cargo de Diretor do Livro e Leitura. No âmbito do “Programa Mais Cultura” surgiu a proposta de transformá-lo em política nacional.

O movimento de ir às casas e provocar a ação de leitura, feito pelos agentes, pode parecer uma construção utópica e volátil. Sempre projetamos que a formação de um leitor começa no seio da família, justamente dentro dos lares, e soa como transgressão, autoritária e invasiva, a introdução de um elemento externo.

O fato é que o encontro dos agentes com a família torna palpável esta relação: a família não pratica a ação de leitura sozinha; todos são leitores, a leitura passa a ser coletiva (como nos seus primórdios); o outro pode ser uma presença facilitadora ou um agente provocador, que usa a mediação de leitura, livros e outros engates para iniciar a aproximação. Como afirma o próprio Fabiano Piúba, criador do projeto: “O agente tem que ser um leitor e despertar o gosto pela leitura nas pessoas, além de ter responsabilidade social”. Ele ainda considera que os “três ambientes fundamentais para a leitura são: as famílias, as bibliotecas e as escolas”.

Dentro das características dos projetos de complementação de renda, o “Agente de Leitura” busca atrair jovens de uma determinada faixa etária (no caso de 18 a 29 anos),

que tenham disposição de se integrar em uma ação comunitária e receber uma bolsa com valor simbólico para fomentar a participação.

Cabe dizer que este valor simbólico, em termos de Brasil, varia de importância de acordo com a região, pois 320 reais/mês têm significados diversos no Nordeste e no Sudeste, para ficarmos em apenas um recorte como exemplo. Mas, em geral, o agente não entra no projeto apenas pela remuneração.

A exigência principal, e que deixa às claras o objetivo da ação, é que o participante resida na região onde vai fazer o atendimento, ou seja, a proximidade e a relação com a comunidade é um fator muito importante na atuação do (da) agente. Em termos de abordagem e mediação, os agentes de leitura atuam na comunidade realizando as seguintes ações:

- rodas de leitura (leituras coletivas);
- contação de histórias;
- empréstimo de livros.

À primeira vista, não há inovação no que diz respeito às táticas de aproximação entre o agente e o potencial leitor; o que muda, e acaba sendo fundamental, é o lócus de atuação, e nesse ponto a tática de ação se revela uma força motriz. A leitura carrega em seu corpo um ranço elitista que enxerga no ato de ler uma suposta capacidade de transformar o indivíduo para “melhor” e este “melhor”, aparentemente, se daria à revelia de qualquer escolha e participação direta dele.

Que tipo de “mudança para melhor” seria esta? Arbitrária, imposta, sacramentada, sem a participação e sem levar em conta as decisões e escolhas do indivíduo? Então, é na negociação do acesso; é na mediação, no diálogo, na sedução do novo leitor que podemos transgredir essa corruptela iluminista. O leitor decide e se investe da leitura na mediação; mediador e mediado estabelecem uma relação na qual a hierarquia é desconstruída e assim se instala a troca mútua, que é a alavanca da ação de leitura.

Nas táticas de atuação, que implicam tanto o agente de leitura quanto as pessoas atendidas, é que a ação toma forma e aqui vamos usar o termo "tática" conforme esboçado por Michel de Certeau (1990, p. 64) nas suas observações sobre o cotidiano:

“a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha.”

É esta a definição de “tática”, uma série de procedimentos que usam as referências de um lugar próprio. Os movimentos táticos transformam o lugar próprio em espaços dinâmicos (lugar praticado). Já os procedimentos que controlam o lugar são definidos como “estratégias” (Certeau 1990, p. 59).

Sobre este jogo, a instituição que pensa e elabora o projeto exerce um poder relativo — chamado por Michel de Certeau de espaço institucional - que não tem lugar para a negociação, que cede muito pouco, enxerga com dificuldade ou não enxerga de todo as nervuras do cotidiano; a instituição que delinea a estratégia ou o grande “projeto”, que está sempre longe do “outro”. É neste “espaço” (o da tática) que o agente de leitura, em diálogo com o cidadão envolvido, faz a diferença, é o que dá sentido e forma à ação.

4 – “Agentes de Leitura” em São Bernardo do Campo

Em 2009, a Prefeitura de São Bernardo do Campo, São Paulo, por meio de sua Secretaria de Cultura em parceria com as Secretarias de Educação e Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDESC) e a Fundação Criança SBC, firmou convênio com o Ministério da Cultura para a implantação do projeto “Agentes de Leitura” na cidade. Assinado em 15 de dezembro de 2009, o convênio previa a contratação e treinamento de 400 jovens moradores da cidade para a realização de ações de estímulo à leitura nas comunidades onde vivem. Para isso, receberiam uma bolsa auxílio de R\$ 350,00 por mês, durante um ano.

Cabe aqui explicar rapidamente as ações de leitura que ocorriam até aquele momento em São Bernardo do Campo. A cidade conta com o serviço de atendimento ao público através das bibliotecas públicas e mais recentemente das bibliotecas escolares (interativas), que obedecem a um perfil de atendimento centralizado nos equipamentos culturais, contando com algumas ações dispersas que não configuram uma política clara de descentralização.

A Biblioteca Monteiro Lobato, a maior, localizada no centro da cidade, funciona desde a década de 50 do século passado. Toda a rede de bibliotecas e serviços de leitura retrata uma realidade que não é diferente na maioria das cidades brasileiras: extremamente concentrada nos centros em detrimento da periferia. Aliás, isso não é uma

exclusividade dos serviços de leitura; todos os equipamentos públicos confirmam esta regra.

Em meados da década de 80 do século passado, a Divisão de Biblioteca (naquele momento dentro da Secretaria de Educação) criou o serviço de Descentralização (extensão bibliotecária) que, através de caixas-bibliotecas (com acervos móveis e atendimento semanal em locais determinados), buscou amenizar esta deficiência no atendimento, mas sem influir de forma direta na política de leitura da cidade. Essa descentralização parcial mais denunciava a precariedade da política de leitura do que apontava caminhos para a sua democratização.

A concentração de equipamentos e ações no centro da cidade aprofunda a alienação da população em relação ao seu papel fundamental na ação cultural. O mundo da cultura passa a ser o mundo do outro, do “longe”, do vazio que separa a instituição (estatal ou privada) das pessoas.

Uma biblioteca vazia não é só fruto da ausência de política pública. Antes de tudo, ela é decorrente da ausência de diálogo. A instituição e seus agentes passam a satisfazer apenas as suas demandas visíveis e elas se tornam cada vez mais corporativistas e ensimesmadas, em outras palavras, apartadas da sociedade.

O direito à leitura se perde nesse emaranhado de silêncios, de ausência de diálogo. Como afirmamos acima, as pessoas na cidade vão criando sua própria dinâmica e vivem sua cultura, ou seja, constroem seus valores culturais, em condições de precariedade e completamente apartadas dos seus direitos básicos de cidadão.

Dentro desse quadro e com o histórico apontado, um projeto como “Agentes de Leitura” causa um grande impacto e um estranhamento ao ser implantado. Um agente que se desloca, que não ocupa um equipamento cultural (tradicional) de uma maneira reativa, que promove a ação de leitura (cultural) no seu bairro, que estreita os laços com a população, está na contramão do comportamento geral e da cultura dos espaços culturais tradicionais. Um agente que está próximo das pessoas e não amarrado, encalacrado na instituição.

O agente de leitura não prescinde nem despreza a estrutura física para praticar sua ação e alcançar o público, porém, ele não atua atrelado a ela; esse laço de dependência não se cria. Um agente de leitura pode ocupar uma biblioteca comunitária,

uma praça, uma igreja (fora do horário de culto), uma associação de bairro, a calçada. Ele se mimetiza com a cidade e marca a sua identidade. É assim que ele estabelece o diálogo com a população.

Em 2013, o projeto completou dois anos de vigência do projeto. Nesse período, os agentes revelaram uma cidade desconhecida, detalhada. A cidade que se esconde, que se autonomiza, e é com ela que o agente de leitura desenvolve seu diálogo; ele passa a reconhecê-la de outra forma.

E como a população cria suas táticas de sobrevivência, os agentes de leitura criam suas táticas de aproximação, suas maneiras de fazer a ação de leitura, e nem sempre estas maneiras estão em consonância com o que é estabelecido no projeto. A transgressão, mais que distorcer, acaba dando forma ao projeto, empresta-lhe as tinturas da realidade.

Exemplos do cotejo entre as táticas adotadas pelos agentes e as estratégias estabelecidas pelo projeto encontram-se nos relatórios de campo dos agentes, onde eles descrevem suas experiências e dificuldades, muitas delas superadas com criatividade e doses de improviso. Tais registros indicam de forma inequívoca a compreensão dos agentes sobre seu papel.

Seguem alguns exemplos de experiência dos “Agentes de Leitura”:

A agente Tatiane Alves Bezerra, que atuou na Vila São Pedro, teve dificuldades em fazer atendimento direto às famílias; paralelamente, ela começou a ter contato com agentes de outro projeto ligado ao Programa Cidade de Paz no Território (Secretaria de Segurança Pública) e a partir daí alcançou grande evolução na ação de leitura, resultando na montagem de uma Biblioteca Comunitária no Centro Esportivo do Bairro, comandada por ela e por outra agente. Mesmo com a finalização do projeto, ela continua tocando as atividades da biblioteca.

A agente Tatiane realizou algo que os órgãos públicos têm dificuldade de fazer: **ela** conseguiu operar sua ação usando a transversalidade; ação transversal que implica outras áreas de atuação, no caso a segurança pública. Dessa forma, ela agregou forças para a mediação e criou um novo espaço de fomento à leitura, a biblioteca comunitária.

A agente Célia Moura Renzi aproximou-se dos mediadores de uma sala do MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos), no primeiro momento para tentar acessar as famílias dos alunos. Em seguida, passou a fazer ações de leitura na própria sala e a envolver a comunidade e, com isso, agregou não-alunos que foram se juntando ao espaço. A sala virou uma referência, um lugar de leitura. Célia relata que neste contexto foi fazer faculdade de pedagogia para ampliar sua dimensão de atuação social e cultural.

Como podemos observar, a proximidade, o conhecimento e a interação dos agentes com a comunidade, assim como o estabelecimento de novos locais de ação, facilitaram a criação de espaços para a prática de mediação de leitura e as táticas que colocam o projeto em andamento e fazem dele uma realidade.

5 - Conclusão

Os exemplos acima citados são bem representativos de como os agentes de leitura mudam seu *locus* de atuação, suas formas de aproximação, e encontram um público não previsto pela proposta inicial. Deixam evidente uma cidade que o poder público desconhecia e estabelecem o início de um diálogo que não existia antes da ação de leitura, o que vem a reiterar a máxima de uma ação cultural: ela tem um começo, mas o fim não se prevê. Essa oportunidade só é possível nos marcos de uma política pública construída com o protagonismo de seus vários atores, destacada a sociedade civil.

Não foram poucos os casos dos agentes que se disseram novos leitores, seduzidos pela peleja da ação, e também aqueles que afirmaram que após as relações estabelecidas com os grupos, famílias e indivíduos passaram a se sentir mais próximos da vida do seu bairro e da sua cidade. A ação de leitura aproximou desconhecidos tão próximos.

O livro, o ato de ler coletivo ou individual é um mote para que seja estabelecida uma nova relação dentro da comunidade, pois a ação de leitura exige, em primeiro lugar, que as pessoas se encontrem. Ela realça a noção de alteridade. Esses encontros podem acontecer em lugares imprevisíveis, que não são identificados de pronto como espaços consagrados da leitura. Sua legitimação acontece na prática, na ação, nas leituras solitárias que logo após são compartilhadas; nas coletivas e nas relações produzidas entre os agentes e os potenciais leitores. O livro e a informação são os instrumentos. A leitura é o mote, o ser humano é o fim.

Os agentes de leitura conversam com a cidade de uma maneira muito particular; extraem dela nuances que relações duras e formais não conseguem perceber ou quantificar. Este artigo partiu de uma observação parcial, localizada no tempo e usando parâmetros limitados. A certeza é que detalhes ficaram ainda a ser revelados. O campo está aberto para novas investigações com abordagens e metodologias diferentes. Como foi dito acima, existem muitas cidades dentro da cidade. E dentre as várias leituras que os agentes e a população estimularam há uma nova leitura da cidade.

REFERÊNCIAS:

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução de Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAUÍ, Marilena. Seção memória: política cultural, cultura política: reflexões sobre a política governamental na cidade de São Paulo - 1989/1992. **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, v.88, n. 6, p. 69-82, nov./dez. 1994.

COELHO, Teixeira. **A cultura e seu contrário**. São Paulo: Iluminuras: Itá Cultural, 2008.

_____. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Fapesp: Iluminuras, 2007.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Heloísa Cintrão e Ana Regina Lessa. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

MEYER-BISCH, Patrice. A centralidade dos direitos humanos, pontos de contatos entre a centralidade e os direitos humanos. **Revista Observatório Itá Cultural**, n. 11 (jan/abr.2011), São Paulo: Itá Cultural / OIC, São Paulo, n. 11, p. 27-42, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/bcodemidias/001813.pdf>>. Acesso em: 30 de abr. 2013.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um estado para a sociedade civil**. São Paulo: Cortez, 2004.

RAPOPORT, Amos. **The meaning of the built environment: a nonverbal communication approach**. Tucson: The University of Arizona Press, 1977.

YUNES, Eliana. Introdução. Leitura, a complexidade do simples: do mundo à letra e de volta ao mundo. In: _____. (Org.). **Pensar a leitura: complexidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: PUC; São Paulo: Loyola, 2002.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.